

DECRETO Nº 4.090, DE 18 DE AGOSTO DE 2005.

Dispõe sobre abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR no valor de R\$ 410.000,00.

- O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente pela Lei nº 4.611 de 18/08/2005...

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no vigente orçamento CRÉDITO SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 410.000,00 (Quatrocentos e Dez Mil Reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS	
14- Fundo Municipal de Saúde	
10.301.2170.2112.112 - Conservação e Manutenção da Clínica Terapêutica Renal Substitutiva - Nefrosul	
33.90.30.00.00 - Material de Consumo.....	R\$ 200.000,00
16- Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer	
13.392.2250.1091.091 - Construção do Centro de Eventos	
44.90.51.00.00 - Obras e Instalações.....	R\$ 210.000,00
TOTAL.....	R\$ 410.000,00

Art. 2º - Para cobertura do CRÉDITO SUPLEMENTAR, a que se refere o Artigo anterior, serão utilizados os recursos por **anulação** parcial das seguintes dotações orçamentárias:

02 - Prefeitura Municipal de Rondonópolis	
06 - Secretaria Municipal de Transporte, Trânsito	
15.451.2080.1020.020 - Construção de Pontes, Bueiros e Serviços Complementares no Setor Urbano	
44.90.51.00.00- Obras e Instalações.....	R\$ 20.000,00
15.451.2080.1221.221 - Construção de ponte na Av. Carlos Buzza	
44.90.51.00.00 - Obras e Instalações.....	R\$ 50.000,00
15.451.2080.1232.231 - Reforma da Praça dos Carreiros	
33.90.30.00.00 - Material de Consumo.....	R\$ 20.000,00
33.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - PJ.....	R\$ 20.000,00
14- Fundo Municipal de Saúde	
10.301.2170.2094.094 - Programa Saúde da Família	
31.90.13.00.00 - Obrigações Patronais.....	R\$ 200.000,00
TOTAL.....	R\$ 410.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 18 de agosto de 2005; 90º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

DECRETO Nº 4.091, DE 18 DE AGOSTO DE 2005.

Dispõe sobre abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR no valor de R\$ 67.300,00.

- O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente pela Lei nº 4.612 de 18/08/2005...

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no vigente orçamento CRÉDITO SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 67.300,00 (Sessenta e Sete Mil e Trezentos Reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS	
05- Secretaria Municipal de Educação	
12.361.2150.1005.005 - Programa de Qualificação dos Profissionais da Educação	
33.90.30.00.00 - Material de Consumo.....	R\$ 6.300,00
33.90.36.00.00 - Outros Serviços Terceiros - PF.....	R\$ 3.000,00
33.90.39.00.00 - Outros Serviços Terceiros - PJ.....	R\$ 18.000,00

04- Secretaria da Receita Municipal	
04.123.2060.2031.031 - Manutenção do Setor	
44.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente.....	R\$ 40.000,00

TOTAL..... R\$ 67.300,00

Art. 2º - Para cobertura do CRÉDITO SUPLEMENTAR, a que se refere o Artigo anterior, serão utilizados os recursos por **anulação** parcial das seguintes dotações orçamentárias:

02 - Prefeitura Municipal de Rondonópolis	
05 - Secretaria Municipal de Educação	
12.301.2120.1005.221 - Construção da Quadra Poliesportiva na Escola Arão Gomes Bezerra	
44.90.51.00.00 - Obras e Instalações.....	R\$ 27.300,00

07 - Secretaria da Receita Municipal	
04.123.2060.2031.031 - Manutenção do Setor	
31.90.13.00.00 - Obrigações Patronais.....	R\$ 40.000,00

TOTAL..... R\$ 67.300,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 18 de agosto de 2005; 90º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal



Diário Oficial

Órgão Informativo Oficial de Rondonópolis

Fundado em Dezembro de 2000

Ano VI - Nº 1090 - Quinta-feira, 18 de Agosto de 2005

PODER EXECUTIVO

Lei

LEI Nº 4.606, DE 18 DE AGOSTO DE 2005.

18/8/2005

Reestrutura o Conselho Tutelar de Rondonópolis, criado pela Lei nº 1.790 de 04 de dezembro de 1990 e alterado pela Lei nº 1.964 de 22 de abril de 1993 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

FACO SABER QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O Conselho Tutelar criado pela Lei nº 1.790 de 04 de dezembro de 1990 e alterado pela Lei nº 1.964 de 22 de abril de 1993, atendendo às diretrizes do inciso I do art. 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, fica reestruturado nos termos desta lei, tendo seu regime jurídico fundado no Título V do Livro II do ECA.

Art. 2º - Os Conselhos Tutelares são órgãos permanentes e autônomos, não jurisdicionais, encarregados de zelar pelo cumprimento do Direito da Criança e do Adolescente, ficando vinculados a Secretaria Municipal de Ação Social para fins de execução orçamentária, sem subordinação hierárquica ou funcional com o Poder Executivo.

Parágrafo único - A implantação dos Conselhos Tutelares ocorrerá gradativamente conforme o disposto no Anexo I, anexo à Lei nº 1.790/90.

Art. 3º - Os Conselheiros Tutelares do Município de Rondonópolis exercerão suas funções no âmbito territorial das regiões da cidade determinadas por resolução expedidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, podendo os mesmos serem remanejados quando se fizer necessário.

Art. 4º - Fica fixado o âmbito territorial de competência dos Conselhos Tutelares da seguinte forma:

Conselho Tutelar da Região I
Conselho Tutelar da Região II

Art. 5º - O âmbito das regiões correspondentes ao conjunto de bairros especificados em Resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente enviada ao Poder Executivo.

Parágrafo único - A instalação do Conselho Tutelar será acompanhada de ato do Poder Executivo que fixará sua competência territorial.

Expediente

Prefeito Municipal.....	Adilton Domingos Sachetti
Vice-Prefeito.....	Manoel Machado
Secretaria de Ação Social.....	Rosemarí Linde Sachetti
Secretaria de Administração.....	Gastão de Matos
Sec. de Desenv. Econ. e Meio Ambiente.....	Elio Rásia
Secretaria de Educação.....	Professor Javert Melo Vieira
Sec. Esporte, Cultura e Lazer.....	Renato Marcelino Dolce de Souza
Secretaria de Finanças.....	Clóvis Gonçalves Vicentini
Secretaria de Governo.....	Ailton das Neves
Secretaria de Planejamento.....	Eugênia Lemos Barros Bárbara
Secretaria da Receita.....	Edenício Avelino Santos
Secretaria de Saúde.....	Fábio Roberto Ribeiro Cardozo
Sec. Transporte, Trânsito e Desenv. Urbano.....	João Batista de Oliveira
Procuradoria Geral do Município.....	Adilton Pinto da Silva
CODER.....	Milton Luiz Araújo
SANEAR.....	Marcos Antonio Ribeiro dos Reis
Diário Oficial do Município.....	Luiz Antonio da Silveira Abreu
IMPRO.....	Josemar Ramiro da Silva

Art. 6º - Caberá ao Conselho Municipal de Rondonópolis, dirimir eventual conflito positivo ou negativo de competência territorial entre os Conselhos Tutelares, ouvido o órgão municipal responsável pelo planejamento urbanístico.

Art. 7º - Para concorrer ao cargo de Conselheiros Tutelares, os candidatos deverão ser submetido a eleição, uma entrevista psicológica e um teste de conhecimento sobre o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente e conhecimento gerais realizado sob a coordenação e responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalização do Ministério Público.

Art. 8º - Os Conselhos Tutelares serão compostos por 5 (cinco) membros com mandato de 3 (três) anos, permitida uma recondução.

§ 1º - Os Conselheiros Tutelares serão avaliados individualmente para serem reconduzidos levando em conta sua atuação durante o período que desempenhou sua função.

§ 2º - Para cada conselheiro haverá 1 (um) suplente.

Art. 9º - Compete aos Conselhos Tutelares zelar pelo atendimento dos direitos da Criança e do Adolescente, cumprindo as atribuições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/90).

DA ESCOLHA E REQUISITOS

Art. 10 - Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente coordenar a escolha dos Conselheiros Tutelares em consonância com o art. 11 desta Lei, tendo supervisão do Ministério Público, em consonância com o art. 139 da Lei Federal nº 8.069/90.

Art. 11 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente elegerá a Comissão que presidirá a Escolha do Conselheiro Tutelar, que fará publicar Edital no Diário Oficial do Município e outro jornal local de grande circulação, por 15 (quinze) dias (quarenta e cinco) dias do pleito contendo a resolução dos critérios para a escolha do Conselheiro Tutelar.

Art. 12 - Os candidatos ao cargo de conselheiro tutelar serão indicados pelas entidades governamentais e não governamentais cadastradas no Conselho Municipal Adolescente e nos demais Conselhos Municipais, para participarem do processo, seguindo os requisitos constantes no art. 13 desta lei.

Parágrafo Único - Cada entidade através do seu presidente ou representante legal, poderá indicar até 05(cinco) candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para participarem do processo.

DIORONDON

Filiado: ABIO-Associação Brasileira de Imprensas Oficiais
Impressão, Distribuição e Assinatura
Prefeitura Municipal de Rondonópolis - Av. Duque de Caxias, 526
Vila Aurora - fone (66) 422-3333 ramal 219
CEP 78.740-100 - Rondonópolis - Mato Grosso - de 2º a 6º das 12 as 18h
Órgão criado pela Lei 3.366 de 7 de dezembro de 2000
Órgão de Responsabilidade da Sec. Administração: **Gastão de Matos**
Diário Oficial: Luiz Antonio da Silveira Abreu
Home page: www.rondonopolis.mt.gov.br
E-mail: diorondon@rondonopolis.mt.gov.br

Tabela de Preços do Diorondon		
Exemplar do dia no balcão	R\$ 0,50	Entrega domiciliar - Qualquer Município (via correio) R\$160,00
Exemplar do dia anterior	R\$ 0,65	
Assinatura Semestral retirada no balcão	R\$ 50,00	Publicação de matérias de outros municípios e de terceiros por centímetro linear de coluna R\$ 1,20

Art. 13 - São requisitos para candidatar-se a membro do Conselho Tutelar:

- I** - Reconhecida idoneidade moral;
- II** - Idade superior a 21 anos;
- III** - Residir no Município de Rondonópolis há mais de 02 anos;
- IV** - Estar em gozo de seus direitos políticos;
- V** - apresentar no momento da inscrição, cópia do certificado de conclusão do curso equivalente ao ensino médio;
- VI** - Ter curso básico de informática;
- VII** - Comprovação de experiência profissional ou voluntária de, no mínimo um ano em trabalho reto na área da criança, do adolescente e família, nos últimos cinco anos através de atestado declaratório informando tempo e o tipo de experiência;
- VIII** - Não ter sido penalizado com a destituição da função de Conselheiro Tutelar, nos cinco anos antecedentes a inscrição;
- IX** - Ter dedicação exclusiva e disponibilidade de 24 horas com jornada de trabalho de 40 horas semanais e previsão de regime de plantão a ser prestado;
- X** - ser submetido a uma entrevista psicológica;
- XI** - Participar de uma Palestra proferida pelo Ministério Público
- XII** - ser aprovado em teste seletivo de conhecimentos gerais sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e das legislações pertinentes á área da criança e do adolescente;
- XIII** - Submeter-se-ão ao teste seletivo de conhecimentos os candidatos que preencherem os requisitos constantes nos itens I a XXI do art. 6º desta Resolução;
- XIV** - Apresentar certidão civil e criminal no ato da posse;

Art. 14 - Serão impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, tios e sobrinhos, padrasto e madrastra e enteado.

Art. 15 - O candidato que for membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá pedir seu afastamento no ato da aceitação de sua inscrição no certame.

Art. 16 - A função de conselheiro tutelar exige dedicação exclusiva, sendo incompatível com o exercício de outra função pública e/ou privada.

Art. 17 - A pessoa jurídica que tiver seu trabalhador eleito para compor o Conselho Tutelar e decidir liberá-lo para o exercício da função com garantia de emprego, cargo ou função, mantendo sua remuneração ou a diferença entre esta e a de Conselheiro Tutelar, será agraciado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com diploma de relevantes serviços prestados a causa da criança e do adolescente, em cerimônia especialmente designada para este fim.

Art. 18 - O servidor público que for eleito para o Conselho Tutelar poderá optar entre o valor do cargo de conselheiro ou o valor total de seus vencimentos, ficando-lhe garantido o retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, com o

término ou a perda de seu mandato, perdendo também a contagem de tempo de serviço para todos os efeitos legais.

Art. 19 - Caso o candidato eleito exerça cargo em comissão, assessor político em qualquer esfera do Poder Público, deverá ser exonerado para assumir o cargo de Conselheiro Tutelar.

Art. 20 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará a lista contendo os nomes dos candidatos que forem considerados aptos a prestarem o teste seletivo de conhecimentos, podendo caber recurso da decisão, a ser apresentada no prazo máximo de 03 dias úteis a publicação desta lista.

Art. 21 - Em caso de empate entre os candidatos valerá como critério de desempate o maior tempo de experiência do candidato no trabalho com a criança e ao adolescente.

Art. 22 - Persistindo o empate, ficará a vaga em candidato com idade superior.

Art. 23 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará a lista dos classificados a serem providos pelo exercício da função de confiança popular, denominados Conselheiros Tutelares do Município de Rondonópolis.

DOS CONSELHEIROS TUTELARES

Art. 24 - Ficam criados 10 (dez) cargos em comissão, a serem providos pelo exercício da função de confiança popular, denominados conselheiros tutelares.

Art. 25 - Os conselheiros tutelares eleitos serão nomeados nos cargos em comissão por ato do Chefe do Poder Executivo e exonerados ao final de seus mandatos, ou nos casos previstos no art. 40 desta Lei.

Art. 26 - Os conselheiros tutelares terão remuneração fixada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tomando por base o nível do DAS-3 do funcionalismo público municipal.

Parágrafo único – Será garantido aos conselheiros tutelares, férias, 13º salário, licença-médica, licença-maternidade assegurados na Constituição Federal.

Art. 27- Os conselheiros tutelares poderão requisitar do Poder Público assessoria jurídica e terapêutica para auxiliá-los no desempenho de suas funções.

Art. 28 - Para cumprimento dos direitos da criança e dos adolescentes, o Conselho Tutelar investido de suas prerrogativas, atenderá qualquer violação de direitos, independente de local ou hora.

§ 1º- Os conselheiros não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas no exercício do mandato, salvo nos casos previstos em Lei.

§ 2º - No exercício do mandato, o Conselheiro terá livre acesso às entidades governamentais e não governamentais referidas na Lei nº 8.069/90 e as áreas sob jurisdição do respectivo Conselho Tutelar, onde se registre conflito ou em que os interesses e direitos da criança e do adolescente estejam ameaçados.

Art. 29 - Os Conselhos Tutelares funcionarão em prédios públicos, preferencialmente Centros Urbanos ou outros que se fizerem necessários,devendo toda a estrutura de funcionamento ficar a cargo do Executivo Municipal,compreendendo esta a seguir:

- I** - Material Humano Especializado;
- II** - Material Mobiliário, gráfico e limpeza em geral;
- III** - Imóvel (sede)
- IV** - Veículo para atendimento de chamados pertinentes a criança e ao adolescente

Art. 30 - Os Conselhos Tutelares tem competência,composição e atribuições definidas na Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 , na Lei Municipal nº 1790 de 04 de dezembro de 1990,Lei Municipal nº 1964 de 22 de abril de 1993, sem prejuízo de outras estabelecidas nesta Lei.

DA CONVOCAÇÃO DOS SUPLENTE

Art. 31 - Convocar-se-ão os suplentes de conselheiros tutelares nos seguintes casos:

- I** - quando as licenças a que fazem jus os titulares excederem 30 (trinta) dias;
- II** - no caso de renúncia do Conselheiro titular;
- III** - no caso de perda do mandato.

§ 1º - O suplente de conselheiro tutelar receberá a remuneração e os direitos decorrentes do exercício do cargo, quando substituir o titular do Conselho nas hipóteses previstas nos incisos deste artigo.

§ 2º - A convocação do suplente obedecerá estritamente à ordem de classificação resultante do teste seletivo.

DO CONTROLE, FUNCIONAMENTO E ORGANIZAÇÃO INTERNA DOS CONSELHOS TUTELARES

Art. 32 - O controle de funcionamento e a organização interna dos Conselhos Tutelares obedecerão ao Regimento Interno, respeitados os ditames desta lei e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 33 - O regimento interno dos conselhos será unitário para todos os Conselhos Tutelares, respeitando as peculiaridades da área de atuação de cada Conselho e deve ser elaborado por todos os conselheiros eleitos para os cargos, observando o contido nos § 1º e 2º, deste artigo e no art. 35 desta lei.

§ 1º - A primeira coordenação geral iniciará e presidirá a plenária de elaboração do regimento interno.

§ 2º- O regimento interno será elaborado até 60 (sessenta) dias da data da posse dos conselheiros e será publicado no Diário Oficial do Município pelo Gabinete do Chefe do Poder Executivo até 30 (trinta) dias do protocolo do mesmo.

§ 3º - O regimento deverá observar o conteúdo desta lei, prevendo ainda:

- I** - dedicação exclusiva, disponibilidade de 24 horas e funcionamento diário e ininterrupto das 8:00 horas às 18:00 horas;
- II** - jornada de trabalho de 40 horas semanais e previsão de regime de plantão a ser prestado;
- III** - prever, como regra, decisões colegiadas, retiradas em reuniões que não prejudiquem o previsto no inciso I deste artigo;
- IV** - prever normas de condutas éticas, deveres dos Conselheiros, faltas disciplinares e respectivas sanções disciplinares;
- V** - prever as regras procedimentais e processuais gerais para trâmite do processo disciplinar, observando direitos constitucionais, princípios gerais de direito, bem como o que consta nesta lei;
- VI** - criação, organização e funcionamento de uma coordenação geral formada pelos Conselheiros Coordenadores de cada Conselho existente.

Parágrafo único - O Coordenador de cada Conselho terá somente 1 (um) mandato determinado, garantindo-se a igualdade e o rodízio no tempo de coordenação para todos os membros de cada Conselho.

DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 35 - O processo disciplinar será instaurado mediante representação ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de qualquer autoridade ou cidadão.

§ 1º - A representação, para ser admitida, deverá ser apresentada por escrito com fundamentação e indicação de provas e de testemunhas com seus respectivos endereços.

§ 2º - O processo disciplinar tramitará em sigilo, até o seu término, permitido o acesso às partes e seus defensores.

Art. 36 - Constitui infração disciplinar:

- I** - usar de sua função para benefício próprio;
- II** - romper o sigilo em relação aos casos analisados pelos Conselhos Tutelares;
- III** - deixar de comparecer no horário de trabalho estabelecido sem justificativa;
- IV** - recusar-se a prestar atendimento;
- V** - exercer outra atividade incompatível com a dedicação exclusiva;

DECRETO Nº 4.088, DE 18 DE AGOSTO DE 2005.

Dispõe sobre abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR no valor de R\$ 986.000,00, destinado ao SANEAR - Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis, e dá outras providências.

• **O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, especialmente pela Lei nº 4.609 de 18/08/2005...

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no vigente orçamento CRÉDITO SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 986.000,00 (Novecentos e oitenta e seis mil reais), destinado ao SANEAR - Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis, para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
17.512.3010.1098.098 - Hidrometração
44.90.51.00.00- Obras e Instalações R\$- 100.000,00

04.122.3010.2140.140- Manutenção e Encargos c/ o SANEAR
31.90.16.00.00- Outras Despesas Variáveis- Pessoal Civil.....R\$- 15.000,00

17.512.3010.2141.141 - Manutenção do Sistema de Água e Esgoto
33.90.30.00.00- Material de Consumo R\$- 459.000,00
33.90.37.00.00 – Locação de mão-de-obra R\$ 262.000,00

17.512.3010.2143.143 - Adm. Ger. e Manut. Sist. de Resid. Sólidos e Dest. Final
33.90.39.00.00-Outros Serviços de Terceiros- PJ R\$- 150.000,00

TOTAL..... R\$ 986.000,00

Art. 2º - Para cobertura do CRÉDITO SUPLEMENTAR, a que se refere o Artigo anterior, serão utilizados os recursos por **anulação** parcial das seguintes dotações orçamentárias:

03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
17.512.3010.1095.095 - Ampliação do Sistema Distribuição de Água
44.90.51.00.00- Obras e Instalações R\$- 331.000,00

17.512.3010.1096.096 - Ampliação Rede de Esgoto
44.90.51.00.00- Obras e Instalações R\$- 120.000,00

17.512.3010.1099.099- Despesa com Divulgação Oficial
33.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros- PJ R\$- 20.000,00

17.512.3010.1103.103- Prog. de Distribuição de Reser. Domínio a Família Carente
33.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros- PJ R\$- 45.000,00

17.512.3010.1104.104 - Prog. de Educ. Ambient. : Pesq. de Alim. p/ Resíduos Sólido junto à famílias carente.
33.90.39.00.00-Outros Serviços de Terceiros- PJ R\$- 40.000,00

17.512.3010.1106.106 - Programa de Educação Ambiental
33.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros- PJ R\$- 20.000,00

04.122.3010.2140.140 - Manutenção e Encargos com o SANEAR
3.3.90.36.00.00- Outros Serviços de Terceiros-PF R\$- 80.000,00

17.512.3010.2141.141 - Manutenção do sistema de Água e Esgoto
33.90.36.00.00- Outros Serviços de Terceiros- PF R\$- 60.000,00
44.90.52.00.00- Equipamento e Material Permanente R\$- 40.000,00

17.512.3010.2143.143-Adm. Ger. e Manut. Sist. De Resíduos Sólidos e Dest. Final
33.90.30.00.00- Material de Consumo R\$- 110.000,00
33.90.36.00.00- Outros Serviços de Terceiros- PF R\$- 60.000,00
33.90.37.00.00- Locação de Mão-de-Obra R\$- 60.000,00

TOTAL R\$- 986.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 18 de agosto de 2005; 90º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

DECRETO Nº 4.089, DE 18 DE AGOSTO DE 2005.

Dispõe sobre abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR no valor de R\$ 310.000,00.

• **O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, especialmente pela Lei nº 4.610 de 18/08/2005...

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no vigente orçamento CRÉDITO SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 310.000,00 (Trezentos e dez mil reais) para reforço da seguintes dotações orçamentárias:

02 – PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
01 – Secretaria do Governo Municipal
04.122.2010.2012.012 – Manutenção do FUNREBOM
33.90.30.00.00 – Material de Consumo R\$ 30.000,00

04.122.2010.2223.223 – Mutirão Construindo a Cidadania
33.90.30.00.00 – Material de Consumo R\$ 20.000,00
33.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PF.....R\$ 10.000,00

16 – Secretaria Muni. de Esporte, Cultura e Lazer
27.612.2260.2133.133 – Manutenção das Atividades do Esporte
31.90.13.00.00 – Obrigações Patrimoniais R\$ 20.000,00
33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....R\$ 80.000,00
33.92.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros PJ.....R\$ 50.000,00

13.392.2250.2127.127 – Manutenção das Atividades da Cultura
33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....R\$ 60.000,00
33.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros PF.....R\$ 40.000,00

TOTAL.....R\$ 310.000,00

Art. 2º - Para cobertura do CRÉDITO SUPLEMENTAR a que se refere o artigo anterior, serão utilizados os recursos por **anulação** parcial das seguintes dotações orçamentárias:

02 – PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
01 – Secretaria do Governo Municipal
04.122.2010.2012.016 – Assessoria de Cerimonial
33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....R\$ 15.000,00
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros PJ.....R\$ 15.000,00

04.122.2010.2012.219 – Manutenção dos Conselhos Municipais
33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....R\$ 15.000,00
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros PJ.....R\$ 15.000,00

16 – Secretaria Muni. de Esporte, Cultura e Lazer
27.612.2260.1239.239 – Construção do Mini-Estádio no B. João de Barro
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações.....R\$ 20.000,00

27.812.2260.1088.088 – Construção de Praças de Esporte
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações.....R\$ 60.000,00

27.812.2260.1090.090 – Construção e Ampliação de Ginásio Poliesportivo
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações.....R\$ 100.000,00

27.812.2260.1092.092 – Construção de Pistas P/ Prática de SKATE
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações.....R\$ 40.000,00

27.812.2260.1226.226 – Construção de Área de Lazer e Esporte na Vila Cardoso
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações.....R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 310.000,00

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 18 de agosto de 2005; 90º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

LEI Nº 4.608, DE 18 DE AGOSTO DE 2005.

Dispõe sobre a autorização Legislativa para DESAFETAÇÃO dos lotes nº 01 ao lote nº 20 da Quadra nº 06, localizada no Jardim São José, zona urbana desta cidade e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições legais...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar os lotes nº 01 ao lote nº 20 da Quadra nº 06, localizada no Jardim São José, zona urbana desta cidade, com os seguintes limites e confrontações:

► LOTE Nº 01, com área de 250,00 m²

FRENTE para Rua F, com 10,00 metros;
FUNDOS para o lote nº 20, com 10,00 metros;
LADO DIREITO para o lote nº 02, com 25,00 metros;
LADO ESQUERDO para a Avenida M, com 25,00 metros.

► LOTE Nº 02, com área de 250,00 m²

FRENTE para Rua F, com 10,00 metros;
FUNDOS para o lote nº 19, com 10,00 metros;
LADO DIREITO para o lote nº 03, com 25,00 metros;
LADO ESQUERDO para o lote nº 01, com 25,00 metros.

► LOTE Nº 03, com área de 250,00 m²

FRENTE para Rua F, com 10,00 metros;
FUNDOS para o lote nº 18, com 10,00 metros;
LADO DIREITO para o lote nº 04, com 25,00 metros;
LADO ESQUERDO para o lote nº 02, com 25,00 metros.

► LOTE Nº 04, com área de 250,00 m²

FRENTE para Rua F, com 10,00 metros;
FUNDOS para o lote nº 17, com 10,00 metros;
LADO DIREITO para o lote nº 05, com 25,00 metros;
LADO ESQUERDO para o lote nº 03, com 25,00 metros.

► LOTE Nº 05, com área de 250,00 m²

FRENTE para Rua F, com 10,00 metros;
FUNDOS para o lote nº 16, com 10,00 metros;
LADO DIREITO para o lote nº 06, com 25,00 metros;
LADO ESQUERDO para o lote nº 04, com 25,00 metros.

► LOTE Nº 06, com área de 250,00 m²

FRENTE para Rua F, com 10,00 metros;
FUNDOS para o lote nº 15, com 10,00 metros;
LADO DIREITO para o lote nº 07, com 25,00 metros;
LADO ESQUERDO para o lote nº 05, com 25,00 metros.

► LOTE Nº 07, com área de 250,00 m²

FRENTE para Rua F, com 10,00 metros;
FUNDOS para o lote nº 14, com 10,00 metros;
LADO DIREITO para o lote nº 08, com 25,00 metros;
LADO ESQUERDO para o lote nº 06, com 25,00 metros.

► LOTE Nº 08, com área de 250,00 m²

FRENTE para Rua F, com 10,00 metros;
FUNDOS para o lote nº 13, com 10,00 metros;
LADO DIREITO para o lote nº 09, com 25,00 metros;
LADO ESQUERDO para o lote nº 07, com 25,00 metros.

► LOTE Nº 09, com área de 250,00 m²

FRENTE para Rua F, com 10,00 metros;
FUNDOS para o lote nº 12, com 10,00 metros;
LADO DIREITO para o lote nº 10, com 25,00 metros;
LADO ESQUERDO para o lote nº 08, com 25,00 metros.

► LOTE Nº 10, com área de 250,00 m²

FRENTE para Rua F, com 10,00 metros;
FUNDOS para o lote nº 11, com 10,00 metros;
LADO DIREITO para a Rua J, com 25,00 metros;
LADO ESQUERDO para o lote nº 09, com 25,00 metros.

► LOTE Nº 11, com área de 250,00 m²

FRENTE para Rua G, com 10,00 metros;
FUNDOS para o lote nº 10, com 10,00 metros;
LADO DIREITO para o lote nº 12, com 25,00 metros;
LADO ESQUERDO para a Rua J, com 25,00 metros.

► LOTE Nº 12, com área de 250,00 m²

FRENTE para Rua G, com 10,00 metros;
FUNDOS para o lote nº 09, com 10,00 metros;
LADO DIREITO para o lote nº 13, com 25,00 metros;
LADO ESQUERDO para o lote nº 11, com 25,00 metros.

► LOTE Nº 13, com área de 250,00 m²

FRENTE para Rua G, com 10,00 metros;
FUNDOS para o lote nº 08, com 10,00 metros;
LADO DIREITO para o lote nº 14, com 25,00 metros;
LADO ESQUERDO para o lote nº 12, com 25,00 metros.

► LOTE Nº 14, com área de 250,00 m²

FRENTE para Rua G, com 10,00 metros;
FUNDOS para o lote nº 07, com 10,00 metros;
LADO DIREITO para o lote nº 15, com 25,00 metros;
LADO ESQUERDO para o lote nº 13, com 25,00 metros.

► LOTE Nº 15, com área de 250,00 m²

FRENTE para Rua G, com 10,00 metros;
FUNDOS para o lote nº 06, com 10,00 metros;
LADO DIREITO para o lote nº 16, com 25,00 metros;
LADO ESQUERDO para o lote nº 14, com 25,00 metros.

► LOTE Nº 16, com área de 250,00 m²

FRENTE para Rua G, com 10,00 metros;
FUNDOS para o lote nº 05, com 10,00 metros;
LADO DIREITO para o lote nº 17, com 25,00 metros;
LADO ESQUERDO para o lote nº 15, com 25,00 metros.

► LOTE Nº 17, com área de 250,00 m²

FRENTE para Rua G, com 10,00 metros;
FUNDOS para o lote nº 04, com 10,00 metros;
LADO DIREITO para o lote nº 18, com 25,00 metros;
LADO ESQUERDO para o lote nº 16, com 25,00 metros.

► LOTE Nº 18, com área de 250,00 m²

FRENTE para Rua G, com 10,00 metros;
FUNDOS para o lote nº 03, com 10,00 metros;
LADO DIREITO para o lote nº 19, com 25,00 metros;
LADO ESQUERDO para o lote nº 17, com 25,00 metros.

► LOTE Nº 19, com área de 250,00 m²

FRENTE para Rua G, com 10,00 metros;
FUNDOS para o lote nº 02, com 10,00 metros;
LADO DIREITO para o lote nº 20, com 25,00 metros;
LADO ESQUERDO para o lote nº 18, com 25,00 metros.

► LOTE Nº 20, com área de 250,00 m²

FRENTE para Rua G, com 10,00 metros;
FUNDOS para o lote nº 01, com 10,00 metros;
LADO DIREITO para a Avenida M, com 25,00 metros;
LADO ESQUERDO para o lote nº 19, com 25,00 metros.

Art. 2º - A área supra mencionada destina-se à desafetação para a regularização da área doada em conformidade com a Lei nº 1.905 de 24 de agosto de 1992.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 18 de agosto de 2005; 90ª da Fundação e 51ª da Emancipação Política

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

Parágrafo único - O contribuinte que não fizer o recadastramento dentro do prazo estabelecido por este Decreto, terá sua inscrição e licença de localização cancelada "de ofício", sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis.

Art. 5º - A Coordenadoria de Comunicação Social, em conjunto com a Secretaria da Receita Municipal, fará a divulgação, através dos meios de comunicação, do programa de recadastramento econômico.

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 10 de agosto de 2005; 89ª da Fundação e 51ª da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

ANEXO II

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
Secretaria da Receita Municipal
Divisão Cadastro de Atividade Econômica - DCE
Boletim de Atividade Econômica - BAEC - Recadastramento - Processo:

EMPRESA	TIPO PESSOA	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	CNPJ/CNP	DATA ABERTURA
DATA REGISTRO	NÚMERO DO CONSELHO	REGISTRO JUCICARTÓRIO	INSCRIÇÃO ESTADUAL	
NOME E/OU RAZÃO SOCIAL				
NOME FANTASIA				
EMAIL				
ATIVIDADE ECONÔMICA				
RAZÃO DE ATIVIDADE (19-Indústria 27-Comércio 35-Serviços 40-Indústria 41-Indústria 42-Indústria 43-Indústria 44-Indústria 45-Indústria 46-Indústria 47-Indústria 48-Indústria 49-Indústria 50-Indústria 51-Indústria 52-Indústria 53-Indústria 54-Indústria 55-Indústria 56-Indústria 57-Indústria 58-Indústria 59-Indústria 60-Indústria 61-Indústria 62-Indústria 63-Indústria 64-Indústria 65-Indústria 66-Indústria 67-Indústria 68-Indústria 69-Indústria 70-Indústria 71-Indústria 72-Indústria 73-Indústria 74-Indústria 75-Indústria 76-Indústria 77-Indústria 78-Indústria 79-Indústria 80-Indústria 81-Indústria 82-Indústria 83-Indústria 84-Indústria 85-Indústria 86-Indústria 87-Indústria 88-Indústria 89-Indústria 90-Indústria 91-Indústria 92-Indústria 93-Indústria 94-Indústria 95-Indústria 96-Indústria 97-Indústria 98-Indústria 99-Indústria 00-Indústria)				
HORÁRIO FUNCIONAMENTO				
Segunda a Sexta: Das _____ às _____ e da _____ da _____				
LOGRADOURO				
Localização das Atividades				
COMPLEMENTO				
TELEFONE				
FAX				
CEP				
MUNICÍPIO				
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA				
QUADRA				
LADO DIREITO				
LADO ESQUERDO				
ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA				
COMPLEMENTO				
BARRIO				
CEP				
MUNICÍPIO				
CONTABILIDADE				
CONTADOR				
C.P.F./C.N.P.J.				
LOGRADOURO				
NÚMERO				
COMPLEMENTO				
CÓDIGO				
MUNICÍPIO				
CEP				
TELEFONE				
FAX				
PROCURADOR				
CPF PROCURADOR				
EMAIL				
TRIBUTOS				
ISSQN MENSAL				
RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO				
TIPO				
PORTARIA Nº				
PROF. LIBERAL				
ESTABELECIDO NO MUNICÍPIO				
PERÍODO ESTIMADO				
VALOR R\$				
TAXA DE LOCALIZAÇÃO				
TAXA RENOVAÇÃO				
TAXA LICENÇA ESPECIAL				
TAXA OCUPAÇÃO DO SOLO				
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE				
Atesto, sob as penas previstas em legislação específica, serem verdadeiras as informações prestadas neste documento.				
Rondonópolis - MT, _____ de _____ de 2005				
ASS. Contador				
CRIC/CPF				
Proprietário/Sócio/Responsável				
CPF/CNPJ				

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
Secretaria da Receita Municipal
Divisão Cadastro de Atividade Econômica - DCE
Boletim de Atividade Econômica - BAEC - Recadastramento - Processo:

AS INFORMAÇÕES AQUI PRESTADAS SÃO SERÃO VALIDADAS APÓS A AUTENTICAÇÃO DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS NO SETOR DE ATENDIMENTO DO CADASTRO ECONÔMICO.

Documentos para serem apresentados na Prefeitura

ANEXAR ETIQUETA PADRÃO DO CRC

O contador poderá anexar a etiqueta após a validação das informações junto a Prefeitura Municipal de Rondonópolis

Pessoa Física

CPF e RG
Comprovante de Endereço da Residência e Local de Atividade (IPTU)
Carteira do Conselho de Profissional Liberal
Contrato de Locação com Firma Reconhecida
Termo de Cedência (Retirar na Prefeitura se for o Caso)

Pessoa Jurídica

Contrato Social e Alterações, Ata da Assembleia ou Registro em Cartório
CNPJ
Inscrição Estadual
Documento de Localização da Empresa (IPTU)
Contrato de Locação com Firma Reconhecida
Registro no Conselho
Termo de Cedência (Retirar na Prefeitura se for o Caso)

* Todos os documentos deverão ser entregues a zerox com os originais.

ANEXO I

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
Secretaria da Receita Municipal
Divisão Cadastro de Atividade Econômica - DCE
Boletim de Atividade Econômica - BAEC

* Campos obrigatórios. Para consultar campos clique em *

* Informar apenas para pessoa jurídica

RECADASTRAMENTO

Tipo Pessoa: ☐ Física ☒ Jurídica ☐ CNPJ/CPF: _____ Data de Abertura: ____/____/____ Inscrição Municipal: _____

Data de Registro: ____/____/____ Reg. JUCIM/Cartório: _____

Insc. Est./RGI: _____

Nome e/ou Razão Social: _____

Nome Fantasia: _____ Email: _____

Instruções: Para o cadastramento de novos horários digite 0 no campo Horário de Funcionamento

Horário Funcionamento: ☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8 ☐ 9 ☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6

ANEXO III**ANALISTA DE TECNOLOGIA-TI**

VALOR INICIAL: R\$ 1.090,90

Atribuições/requisitos

Atua na instalação, criação, manutenção, monitoração e otimização de banco de dados SGBDRO (versão 8i, Oracle 9i ou 10g, e SQL Server), modelagem de dados, replicação, recouper, tuning e performance em BD, ter conhecimento em administração e infra-estrutura de TCP/IP, de intranet, internet e extranet, ambiente wereless, workflow corporativo, Oracle Web Applications Server, PL/SQL. Exige-se ainda conhecimento em Sistemas Operacionais para Servidores, Windows 2000 Server, Windows 2003 Server, Windows NT, Unix, DNS, WINS, DHP, VPN, Criptografia, RSA, MCHAP, Políticas de Segurança GPO e controle de Acesso, Arvore de domínio, definição de procedimentos de Backup, E-mail corporativo. Compreende ainda, suporte à área de desenvolvimento de aplicações, suporte de último nível para as equipes de apoio ao usuários, projeto e manutenção do esquema de segurança da rede, incluindo a segurança de equipamentos(acesso físico), dos dados (acesso não-autorizado) e de sistemas operacionais de Servidores; monitoramento constante de aspectos novos relacionados à segurança (novas técnicas de invasão, novos bugs de segurança encontrados em produtos na rede etc).

Nível : Superior em Ciências da Computação/Sistema de Informática/Licenciatura Plena em Informática.

ANEXO III**ANALISTA DE SUPORTE**

VALOR INICIAL: R\$ 1.090,90

Atribuições/requisitos

Atua na instalação, configuração e manutenção dos sistemas operacionais Windows (XP Pro, 2000, 98 NT) e Linux básico, de software corporativos e hardware relacionados aos serviços de infra-estrutura de TI; conhecimento em administração de redes (NT, Novell, Unix) e protocolos TCP/IP e IPX, desenvolvimento e suporte em aplicativos de escritório (MSOffice, como Word, Excel, PowerPoint, Access, Open Office, aplicativos de e-mail, Exchange e Lotus Notes), linguagem de programação, como Delphi, C++ ou Java. Atuação em Help Desk, treinamento, aplicação de cursos, elaboração de documentação técnica e funcional de sistemas, backup, políticas de prevenção – Antivírus, internet e extranet.

Nível : Superior em Ciências da Computação/Sistema de Informática/Licenciatura Plena em Informática.

Decreto

DECRETO Nº 4.083, DE 10 DE AGOSTO DE 2005.

Dispõe sobre o cadastramento e o recadastramento de estabelecimentos onde pessoas físicas ou jurídicas exerçam quaisquer atividades de modo temporário ou permanente, inclusive a de comércio indústria, agropecuária e prestadoras de serviços em geral, para fins de regularização e atualização de dados cadastrais, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

CONSIDERANDO a necessidade de se implantar novo sistema de controle dos contribuintes que exerçam quaisquer atividades de comércio, indústria, agropecuária, de prestação de serviços e, ainda, das atividades exercidas por entidades, sociedades ou associações civis, desportivas, religiosas ou decorrentes de profissão, artes ou ofício;

CONSIDERANDO, ainda, que a atualização das informações cadastrais de todas as atividades econômicas é fundamental para o exercício de uma adequada administração tributária, maior eficiência administrativa e organização de desenvolvimento econômico da cidade;

CONSIDERANDO as determinações da lei nº 1.800, de 28/12/1990...

DECRETO Nº 4.083, DE 10 DE AGOSTO DE 2005.

Art. 1º - Toda pessoa, física ou jurídica, de direito público ou privado, que desenvolva atividades industriais, comerciais, agropecuárias de profissionais liberais, bem como as sociedades ou associações civis, instituições prestadoras de serviços, fundações e outras de qualquer natureza, com ou sem estabelecimento fixo neste município, deverão proceder ao seu cadastramento se ainda não cadastrado, ou seu recadastramento se já inscrita, junto ao Cadastro Econômico Municipal, da Secretaria da Receita Municipal.

Art. 2º - O cadastramento ou recadastramento obrigatório para as atividades elencadas no artigo anterior deverá ser efetuado através do preenchimento do Boletim de Atividade Econômica – BAEC, conforme modelo constante nos Anexos I e II.

§ 1º - O programa de cadastramento eletrônico estará à disposição na internet, no endereço: <http://www.rondonopolis.mt.gov.br>.

§ 2º - A Prefeitura Municipal de Rondonópolis disponibilizará um terminal para o preenchimento do Boletim de Atividade Econômica – BAEC aos contribuintes que não tem acesso fácil à internet na Divisão de Cadastro Econômico e sua sede, situada na Avenida Duque de Caxias, 526, Vila Aurora – CEP 78710-100.

Art. 3º - Deverão os contribuintes ao proceder o cadastramento ou recadastramento obrigatório para as atividades elencadas no caput do artigo 1º deste Decreto, apresentar no Setor de Atendimento de Cadastro Econômico, cópias devidamente acompanhadas de seus originais, para a devida autenticação dos seguintes documentos:

I – Para Pessoa Física:

- CPF e RG;
- Comprovante de Endereço da Atividade (IPTU, Energia, Água);
- Comprovante de Endereço de Residência (IPTU, Energia, Água);
- Carteira do Conselho de Profissional Liberal;
- Contrato de locação, com firma reconhecida;
- Termo de Cedência (a ser retirado na Prefeitura Municipal de Rondonópolis, se for o caso)
- Cadastro de Emprego Individual – CEI
- Número de Inscrição de Trabalho – NIT
- Cópia do Boletim de Atividade Econômica – BAEC (devidamente preenchido e assinado)

II – Para Pessoa Jurídica:

- Contrato Social e Alterações, Ata de Assembléia, ou Registro em Cartório;
- CNPJ da Empresa;
- Inscrição Estadual;
- Comprovante de Endereço da Empresa (IPTU, Energia, Água);
- Contrato de Locação com firma reconhecida;
- Registro no Conselho de Profissional Liberal;
- Termo de Cedência (a ser retirado na Prefeitura Municipal de Rondonópolis, se for o caso)
- Cópia do Boletim de Atividade Econômica – BAEC (devidamente preenchido, etiquetado e assinado)

§ 1º - As cópias dos documentos elencadas nos incisos I e II deste artigo, são indispensáveis para a comprovação dos dados fornecidos pelo contribuinte, estando estas sujeitas a conferência através de comparação com a documentação original.

§ 2º - Tanto para o cadastramento quanto para o recadastramento de pessoas jurídicas ou pessoas físicas que tiverem contador responsável, a que faz menção este decreto, far-se-á necessário o preenchimento do Boletim de Atividade Econômica – BAEC, ficando obrigatória, neste a afixação da etiqueta padrão fornecida pelo CRC - Conselho Regional de Contabilidade.

§ 3º - A solicitação de alteração cadastral protocolizada sem a devida documentação será indeferida sem análise prévia.

Art. 4º - O recadastramento das atividades econômicas dar-se-á no período compreendido entre os dias 22/08 a 15/09 do corrente ano.

Av. Duque de Caxias, 526 - Vila Aurora - CEP 78710-100 - Rondonópolis - MT

LEI Nº 4.609, DE 18 DE AGOSTO DE 2005.

Dispõe sobre autorização Legislativa para abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR no valor de R\$ 986.000,00, destinado ao SANEAR - Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis, e dá outras providências.

- O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar no vigente orçamento abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR, até o montante de R\$ 986.000,00 (Novecentos e oitenta e seis mil reais), destinado ao SANEAR - Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis, para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis	
01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis	
17.512.3010.1098.098 - Hidrometração	
44.90.51.00.00- Obras e Instalações	R\$- 100.000,00
04.122.3010.2140.140- Manutenção e Encargos c/ o SANEAR	
31.90.16.00.00- Outras Despesas Variáveis- Pessoal Civil.....	R\$- 15.000,00
17.512.3010.2141.141 - Manutenção do Sistema de Água e Esgoto	
33.90.30.00.00- Material de Consumo	R\$- 459.000,00
33.90.37.00.00 – Locação de mão-de-obra	R\$ 262.000,00
17.512.3010.2143.143 - Adm. Ger. e Manut. Sist. de Resid. Sólidos e Dest. Final	
33.90.39.00.00-Outros Serviços de Terceiros- PJ	R\$- 150.000,00
TOTAL.....	R\$ 986.000,00

Art. 2º - Para cobertura do CRÉDITO SUPLEMENTAR, a que se refere o Artigo anterior, serão utilizados os recursos por **anulação** parcial das seguintes dotações orçamentárias:

03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis	
01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis	
17.512.3010.1095.095 - Ampliação do Sistema Distribuição de Água	
44.90.51.00.00- Obras e Instalações	R\$- 331.000,00
17.512.3010.1096.096 - Ampliação de Rede de Esgoto	
44.90.51.00.00- Obras e Instalações	R\$ 120.000,00
17.512.3010.1099.099- Despesa com Divulgação Oficial	
33.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros- PJ	R\$- 20.000,00
17.512.3010.1101.103-Prog. de Distribuição de Reser. Domiciliar a Família Carente	
33.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros- PJ	R\$- 45.000,00
17.512.3010.1104.104 - Prog. de Educ. Ambiental: Limpeza de Lim. p. Resíduos Sólido ju. famílias carentes	
33.90.39.00.00-Outros Serviços de Terceiros –PJ	R\$ 60.000,00
17.512.3010.1106.106 - Programa de Educação Ambiental	
33.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros- PJ	R\$- 20.000,00
04.122.3010.2140.140 - Manutenção e Encargos com o SANEAR	
3.3.90.36.00.00- Outros Serviços de Terceiros- PF	R\$- 80.000,00
17.512.3010.2141.141 - Manutenção do Sistema de Água e Esgoto	
33.90.36.00.00- Outros Serviços de Terceiros- PF	R\$- 60.000,00
44.90.52.00.00- Equipamento e Material Permanente	R\$- 40.000,00
17.512.3010.2143.143-Adm. Ger. e Manut. Sist. De Resíduos Sólidos e Dest. Final	
33.90.30.00.00- Material de Consumo	R\$- 110.000,00
33.90.36.00.00- Outros Serviços de Terceiros- PF	R\$- 60.000,00
33.90.37.00.00- Locação de Mão-de-Obra	R\$- 60.000,00
TOTAL	R\$- 986.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 18 de agosto de 2005; 90º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

LEI Nº 4.610, DE 18 DE AGOSTO DE 2005.

Dispõe sobre autorização Legislativa para abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR no valor de R\$ 310.000,00.

- O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar no vigente orçamento abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR, até o montante de R\$ 310.000,00 (Trezentos e dez mil reais) para reforço da seguintes dotações orçamentárias:

02 – PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS	
01 – Secretaria do Governo Municipal	
04.122.2010.2012.012 – Manutenção do FUNREBOM	
33.90.30.00.00 – Material de Consumo	R\$ 30.000,00
04.122.2010.2223.223 – Mutirão Construindo a Cidadania	
33.90.30.00.00 – Material de Consumo	R\$ 20.000,00
33.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros –PF	R\$ 10.000,00
16 – Secretaria Muni. de Esporte, Cultura e Lazer	
27.612.2260.2133.133 – Manutenção das Atividades do Esporte	
31.90.13.00.00 – Obrigações Patronais.....	R\$ 20.000,00
33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....	R\$ 80.000,00
33.92.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros PJ.....	R\$ 50.000,00
13.392.2250.2127.127 – Manutenção das Atividades da Cultura	
33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....	R\$ 60.000,00
33.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros –PF.....	R\$ 40.000,00
TOTAL.....	R\$ 310.000,00

Art. 2º - Para cobertura do CRÉDITO SUPLEMENTAR a que se refere o artigo anterior, serão utilizados os recursos por **anulação** parcial das seguintes dotações orçamentárias:

02 – PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS	
01 – Secretaria do Governo Municipal	
04.122.2010.2016.016 – Assessoria de Cerimonial	
33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....	R\$ 15.000,00
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros PJ.....	R\$ 15.000,00
04.122.2010.2219.221 – Manutenção dos Conselhos Municipais	
33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....	R\$ 15.000,00
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros PJ.....	R\$ 15.000,00
16 – Secretaria Muni. de Esporte, Cultura e Lazer	
27.612.2260.1233.139 – Construção do Mini-Estádio no B. João de Barro	
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações.....	R\$ 20.000,00
17.812.2260.1088.088 – Construção de Praças de Esporte	
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações.....	R\$ 60.000,00
27.812.2260.1090.090 – Construção e Ampliação de Ginásio Poliesportivo	
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações.....	R\$ 100.000,00
27.812.2260.1092.092 – Construção de Pistas P/ Prática de SKATE	
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações.....	R\$ 40.000,00
27.812.2260.1226.226 – Construção de Área de Lazer e Esporte na Vila Cardoso	
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações.....	R\$ 30.000,00
T O T A L	R\$ 310.000,00

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 18 de agosto de 2005; 90º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

LEI Nº 4.611, DE 18 DE AGOSTO DE 2005.
Dispõe sobre autorização Legislativa para abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR no valor de R\$ 410.000,00.

- **PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar no vigente orçamento abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR, até o montante de R\$ 410.000,00 (Quatrocentos e Dez Mil Reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS	
14- Fundo Municipal de Saúde	
10.301.2170.2112.112 – Conservação e Manutenção da Clínica Terapêutica Renal Substitutiva – Nefrosul	
33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....	R\$ 200.000,00
16- Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer	
13.392.2250.1091.091 – Construção do Centro de Eventos	
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações.....	R\$ 210.000,00
TOTAL.....	R\$ 410.000,00

Art. 2º - Para cobertura do CRÉDITO SUPLEMENTAR, a que se refere o Artigo anterior, serão utilizados os recursos por **anulação** parcial das seguintes dotações orçamentárias:

02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis	
06 – Secretaria Municipal de Transporte, Trânsito	
15.451.2080.1020.020 – Construção de Pontes, Bueiros e Serviços Complementares no Setor Urbano	
44.90.51.00.00- Obras e Instalações.....	R\$ 100.000,00
15.451.2080.1221.221 – Construção de Ponte no Jardim Camélio Bezerra	
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações.....	R\$ 100.000,00
15.451.2080.1232.221 – Programa da Prata dos Carreiros	
33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....	R\$ 20.000,00
33.90.30.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ.....	R\$ 10.000,00
14- Fundo Municipal de Saúde	
10.301.2170.2094.094 – Programa Saúde da Família	
31.90.13.00.00 – Obrigações Patronais.....	R\$ 200.000,00
TOTAL.....	R\$ 410.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 18 de agosto de 2005; 90º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

LEI Nº 4.612, DE 18 DE AGOSTO DE 2005.
Dispõe sobre autorização Legislativa para abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR no valor de R\$ 67.300,00.

- **PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar no vigente orçamento abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR, até o montante de R\$ 67.300,00 (Sessenta e Sete Mil e Trezentos Reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS	
05- Secretaria Municipal de Educação	
12.361.2150.1005.005 – Programa de Qualificação dos Profissionais da Educação	
33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....	R\$ 6.300,00
33.90.36.00.00 – Outros Serviços Terceiros – PF.....	R\$ 3.000,00
33.90.39.00.00 – Outros Serviços Terceiros – PJ.....	R\$ 18.000,00
04- Secretaria da Receita Municipal	
04.123.2060.2031.031 – Manutenção do Setor	
44.90.52.00.00 – Equipamentos Materiais Permanentes.....	R\$ 40.000,00
TOTAL.....	R\$ 67.300,00

Art. 2º - Para cobertura do CRÉDITO SUPLEMENTAR, a que se refere o Artigo anterior, serão utilizados os recursos por **anulação** parcial das seguintes dotações orçamentárias:

02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis	
05 – Secretaria Municipal de Educação	
12.301.2120.1225.225 – Cobertura da Quadra Poliesportiva na Escola Arão Gomes Bezerra	
44.90.51.00.00 - Obras e Instalações.....	R\$ 27.300,00
04 – Secretaria da Receita Municipal	
04.123.2060.2031.031 – Manutenção do Setor	
31.90.13.00.00 – Obrigações Patronais.....	R\$ 40.000,00
TOTAL.....	R\$ 67.300,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 18 de agosto de 2005; 90º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

LEI Nº 4.613, DE 18 DE AGOSTO DE 2005.

Dispõe sobre acrescentar alterações aos incisos I, II e III do art. 2º e anexos da Lei nº 3.188 de 22 de dezembro de 1999, que dispõe sobre o **LOTACIONOGRAMA** do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Rondonópolis - MT, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Acrescenta alterações aos incisos I, II e III do art. 2º da Lei nº 3.188 de 22 de dezembro de 1999:

“Art. 2º - ...

I – Cargos de nível superior completo: Analista de Tecnologia-TI, Analista de Suporte.

II – Cargos de nível de 2º grau completo: Auxiliar de Higieneização e Apoio Docente (Modalidade Creche).

III – ...”

Art. 2º - Ficam alterados os anexos I, II e III da Lei 3.188 de 22 de dezembro de 1999.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 18 de agosto de 2005, 90º da Fundação e 51º de Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

DENOMINAÇÃO DO CARGO	VAGAS AFETADAS POR ESTE CURSO	ABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA	CARGA HORÁRIA
AUXILIAR DE HIGIENIZAÇÃO E APOIO DOCENTE (Modalidade Creche – Sexo Feminino)	56	ENSINO MÉDIO (antigo 2º GRAU)	30 H
AGENTE ADMINISTRATIVO	01	ENSINO MÉDIO (antigo 2º Grau)	30
ASSISTENTE SOCIAL	01	BACHARELADO EM ASSOCIADA SOCIAL	30 H
ANALISTA DE TECNOLOGIA-TI	02	CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO/SISTEMA DE INFORMÁTICA LICENCIATURA PLENA EM INFORMÁTICA	30 H
ANALISTA DE SISTEMA	02	SUPERIOR EM CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO/SISTEMA DE INFORMÁTICA LICENCIATURA PLENA EM INFORMÁTICA	30 H
ANALISTA DE SUPORTE	04	SUPERIOR EM CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO/SISTEMA DE INFORMÁTICA LICENCIATURA PLENA EM INFORMÁTICA	30 H
ELETRICISTA	01	ENSINO MÉDIO (antigo 2º Grau)	30 H
FONOAUDIÓLOGA	02	CURSO SUPERIOR EM FONOAUDIOLOGIA	30 H
OPERADOR DE COMPUTADOR	01	ENSINO MÉDIO (antigo 2º Grau)	30 H

PEDREIRO	01	ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO (antiga 1ª a 4ª série)	30 H
SERVEnte DE PEDREIRO	03	ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO (antiga 1ª a 4ª série)	30 H
PSICÓLOGA	02	CURSO SUPERIOR EM PSICOLOGIA	30 H
ENGENHEIRO CIVIL	01	SUPERIOR EM ENGENHARIA CIVIL	30 H

ANEXO III

AUXILIAR DE HIGIENIZAÇÃO E APOIO DOCENTE (Modalidade Creche-Sexo Feminino)

VALOR INICIAL: R\$ 417,21

Atribuições/requisitos

Apoio ao professor regente da sala de aula na unidade;
Zelar pela alimentação das crianças (dar mamadeira e sopa aos bebês, além de acompanhar as demais crianças nas respectivas refeições e em especial aquelas que ainda não o fazem sozinha);
Ser responsável pela higienização das crianças, tais como: (escovação, dar banho, trocar fraldas e vestimentas, retirar as fezes das fraldas antes de encaminhá-las à lavanderia, fazer a higiene das crianças após estas terem feito suas necessidades fisiológicas);
Participar da elaboração da Proposta Pedagógica da Unidade de Ensino;
Elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da unidade de ensino;
Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidas;
Participar integralmente dos períodos destinados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
Colaborar com as atividades de articulação da unidade de ensino com as famílias e a comunidade;
Incumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da unidade de ensino ao processo de ensino-aprendizagem;
Informar os pais ou responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da unidade de ensino;
Elaborar estudos, levantando qualitativos e quantitativos indispensáveis ao desenvolvimento do sistema ou unidade de ensino;
Conhecer e identificar as leis que regem o ensino na LDB, Constituição Municipal, Estadual e Federal;
Compreender a educação como prática social e histórica e a unidade de ensino como instituição social;
Caracterizar a gestão democrática como um processo coletivo e historicamente construído;
Avaliar continuamente o rendimento dos alunos;
Desenvolver diferentes procedimentos metodológicos em sala de aula;
Auxiliar o professor regente a manter os diários e caderno de campo atualizados;
Auxiliar o professor regente a elaborar relatório individual do aluno, de forma que especifique seus avanços e necessidades de acompanhamento;
Conhecer as diferentes linguagens, suas funções e possibilidades de uso;
Estabelecer relação entre as políticas educacionais e os processos de organização da gestão da unidade;

Compreender as questões de organização dos processos de planejamento, ensino, aprendizagem e avaliação;
Compreender a dinâmica da sala de aula, em que o processo de ensino e aprendizagem se mescla com aspectos relacionais e culturais;
Conhecer as relações entre desenvolvimento e aprendizagem em diferentes momentos da infância e adolescência;
Identificar o papel das histórias de vidas e das interações de professores e alunos, na construção de identidade plurais;
Comunicar-se de forma aberta e transparente com os pais, o responsável pela unidade e demais colaboradores;
Colaborar e participar dos eventos culturais da unidade e comunidade;
Buscar sua auto-formação;
Ser assíduo no horário de trabalho e pontual nas reuniões de pais, reuniões internas da unidade, cursos de formação continuada promovidos pela SEMEC e Unidade de Ensino.

Nível : 2º Grau completo